

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.378 - SP (2019/0095949-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : TEGMA CARGAS ESPECIAIS LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL MACEDO PEZETA E OUTRO(S) - SP207585
CRISTINA FERREIRA LEITE MADRUGA DINAMARCO - SP267856
DANIEL CAVENCO BOLIS - SP330689
AGRAVADO : GERSON DE LIMA BRITO
ADVOGADOS : ALAN TOBIAS DO ESPÍRITO SANTO - SP199293
TÂNIA MOLINA FROTA - SP215376
AGRAVADO : DAYANE CRISTINA DE LACERDA PRUDENCIO
AGRAVADO : F DE L S (MENOR)
AGRAVADO : A R S - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADO : CARLOS LACERDA DA SILVA - SP102671

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por TEGMA CARGAS ESPECIAIS LTDA. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"ACIDENTE DE TRÂNSITO - INDENIZATÓRIA - Colisão de veículos - Vítima fatal - Culpa concorrente em diferentes proporções - Limitação das verbas à sua proporção - Pensão devida ao viúvo e aos filhos, menores época do acidente - Fixação em 2/3 do salário percebido pela vítima - Danos morais reduzidos - Ação parcialmente procedente - Agravo retido desprovido - Apelos e recurso adesivo parcialmente providos (fl. 867 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 882/884 e-STJ).

No recurso especial (fls. 889/904 e-STJ), a parte recorrente alega violação dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) arts. 489 § 1º, IV, e 1022, II, do Código de Processo Civil de 2015 - porque o acórdão é nulo por não haver suprido as omissões e contradições apontadas nos embargos declaratórios, e

(ii) art. 884 do Código Civil - diante da necessidade de reconhecer a possibilidade de compensação da pensão por morte recebida pela Câmara Municipal de Indaiatuba e a pensão fixada na sentença.

Sem as contrarrazões, o recurs foi inadmitido na origem. Daí o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência

Superior Tribunal de Justiça

do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

O argumento de que o acórdão atacado teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional é improcedente.

De fato, o tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DANOS MATERIAIS. BENFEITORIAS EM IMÓVEL. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. AUSÊNCIA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS. POSSIBILIDADE.

1. A atribuição de efeito suspensivo a recurso especial está circunscrita à presença cumulativa dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e no perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, que não se fazem presentes na hipótese.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. É possível a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração quando a alteração da decisão surgir como consequência lógica da correção da omissão, contradição ou obscuridade.

4. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.070.607/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 25/8/2017 - grifou-se).

Assim, impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declarando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, o não acolhimento das teses ventiladas pelo recorrente não significa omissão ou deficiência de fundamentação da decisão, ainda mais quando o aresto aborda todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUES. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO

Superior Tribunal de Justiça

MONOCRÁTICA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.

2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

3. O reexame de fatos e provas em recurso especial são inadmissíveis.

4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

5. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC.

6. Agravo interno provido. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido" (AgInt no AREsp 1.033.786/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 13/6/2017, DJe 20/6/2017 – grifou-se).

No tocante ao conteúdo normativo dos artigo 884 do Código Civil, nota-se a patente deficiência de fundamentação no recurso, pois não foi demonstrado, sequer de modo implícito, de que maneira o acórdão recorrido teria violado o artigo de lei federal que aponta.

Isso porque não há espaço para falar em enriquecimento sem causa quando o órgão julgador identificou como causa para a condenação imposta justamente a culpa concorrente do preposto da recorrente, ou seja, natureza indenizatória.

A deficiência na fundamentação do recurso atrai à hipótese a incidência da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal aplicada por analogia: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Além disso, do texto legal não há como extrair a pretensão de compensação entre as verbas deferidas pela instância ordinária.

Ademais, o tribunal de origem afastou a possibilidade de compensação, em virtude da natureza jurídica da pensão por morte recebida pelos recorridos e o fez, inquestionavelmente, com base na análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, o que se pode facilmente aferir a partir da leitura dos fundamentos do julgado atacado, que ora se colaciona, na parte que interessa:

"(...) Salientando que, a pensão mensal em razão do ato ilícito não guarda relação com os valores pagos pela Prefeitura, na medida em que a primeira tem natureza de reparação, enquanto a segunda de compensação, originária, unicamente do trabalho da vítima, funcionária pública da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, razão pela qual, não podem ser objeto de

Superior Tribunal de Justiça

compensação, dada a distinção entre seus pressupostos, inexistindo 'bis in idem' ou enriquecimento indevido na percepção dessas duas verbas" (fls. 884 e-STJ- grifou-se).

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Na origem, os honorários advocatícios foram fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, cabendo aos réus 70% (setenta por cento) dessa quantia, os quais devem ser majorados em 5% (cinco por cento) em favor do advogado da parte recorrida, observada a assistência gratuita, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator